



141
10

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0300658-2

Embargantes: Estado de Pernambuco e Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Djalma Alexandre Galindo

Embargado: Heleno Severino Barbosa

Advogado: Aldicéia Soares Lins

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. POLICIAL MILITAR DA RESERVA REMUNERADA. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DA GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLÍCIAMENTO OSTENSIVO. MEROS EFEITOS DE PREQUESTIONAMENTO. ACOLHIDOS TÃO SOMENTE PARA TAIS FINS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não se reflete no acórdão embargado qualquer omissão a ser suprida na presente via.

2. O reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88).

3. Não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, os aclaratórios foram conhecidos apenas para fins de prequestionamento da matéria discutida, porém, improvidos. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 0300658-2, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia 02/05/13, por unanimidade, em acolhê-los tão-somente para fins de prequestionamento, mas nega-lhes provimento, nos termos do relatório, voto que fazem parte integrante deste julgado.

Recife, 02 de 05 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator



142
20

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0300658-2
Embargantes: Estado de Pernambuco e Fundação de Aposentadorias
e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE
Procurador: Djalma Alexandre Galindo
Embargado: Heleno Severino Barbosa
Advogado: Aldicéia Soares Lins

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração com efeitos de prequestionamento opostos contra acórdão proferido nos autos do agravo Regimental inserto às fls. 77/98, o qual negou-lhe provimento para, em consequência, manter inalterada a decisão interlocutória que, por sua vez, concedeu a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que a parte agravada, ora embargante, promovesse o acréscimo da Gratificação de Risco Ostensivo nos proventos do Embargado.

Alegam os embargantes, em síntese, que o acórdão vergastado se afigura omissos no que diz aos arts. 40, §§ 7º e 8º, 37, *caput* e inciso X, 169, § 1º e 195, § 5º, todos da Constituição Federal, bem como em referência ao art. 1º, da Lei nº 9494/97 e §§ 2º e 5º, art. 7º, da Lei nº 12.016/09.

É o relatório.

Recife, 02 de 05 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0300658-2

Embargantes: Estado de Pernambuco e Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE

Procurador: Djalma Alexandre Galindo

Embargado: Heleno Severino Barbosa

Advogado: Aldicéia Soares Lins

VOTO

Constituem os Embargos de Declaração, na forma como previsto no art. 535, I e II, do CPC, recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada, sendo, em face de construção jurisprudencial, admissível contra decisões em sentido amplo.

Em regra, não possuem os aclaratórios caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, servindo-se tal instrumento recursal a viabilizar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Eis o teor da acórdão embargado:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE RISCO OSTENTIVO. CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. AGRAVOREGIMENTAL IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Não há óbice para a concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública, vez que em se tratando de matéria de benefício previdenciário não incide as limitações estabelecidas em rol taxativo, no art. 1º da Lei 9.494/97. 2. O reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88). 3. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados. 4. Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de

03- ED 0300658-2

Praça da República, s/o, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

servidores públicos, mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas, regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF e por assim ser, não há também que se falar em vedação da concessão da gratificação em face da correspondente de fonte de custeio. 5. Agravo Regimental improvido. Decisão unânime”.

No presente caso, não vislumbro qualquer erro material ou omissão a macular a decisão ora objurgada. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, tanto isso é verdade que a parte interpôs os presentes aclaratórios com efeitos meramente prequestionatórios.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento dos arts. 40, §§ 7º e 8º, 37, caput e inciso X, 169, § 1º e 195, § 5º, todos da Constituição Federal, bem como do art. 1º, da Lei nº 9494/97 e §§ 2º e 5º, do art. 7º, da Lei nº 12.016/09, mas nego-lhes provimento

É como voto.

Recife, 02 de 05 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator